

## **5. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO Nº 1 DA PRAÇA DA REPÚBLICA – BRAGA:**

**Do Sr. Vereador Miguel Bandeira**, com a área da responsabilidade do Património e Arqueologia, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a decisão final relativa à classificação como **Monumento de Interesse Municipal**, do Edifício nº 1 da Praça da República, da União das freguesias de São José de São Lázaro e S. João do Souto, em Braga, conforme informações que se anexam.

DMUOP / DU / DIVISÃO DO CENTRO HISTÓRICO, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA

Processo Obra: 2020/450.20.501/4

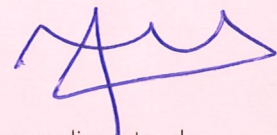
Requerimento: E/27404/2020

Assunto: Proposta de Classificação do Edifício N.º 1 da Praça da Republica.

Informação técnica: 31210/2021

Técnico responsável: [REDACTED]

Data: 14/05/2021

A → do Excmo  
2105.28  


Informação técnica:

1. Através da publicação do edital n.º ED/32/2021 foi determinada a abertura de procedimento de classificação como Monumento de Interesse Municipal do Edifício N.º 1 da Praça da Republica, da união de freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto.
2. Na sequência da publicação do referido edital, tendo decorridos três meses não se conhecem quaisquer reclamações.
3. Decorrido o prazo de 45 dias, fixado nos termos do disposto no n.º 3 do Art.º 94º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, a DRCN pronunciou-se “nada tem a opor à atribuição de uma classificação de âmbito municipal, de acordo com a deliberação de 27-07-2020.
4. Assim, estão reunidas as condições para nos termos do disposto no n.º 3 do Art.º 29º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, proferir a decisão final relativa à classificação como Monumento de Interesse Municipal, do Edifício N.º 1 da Praça da Republica, da união de freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto.
5. Após aprovação final deverá proceder-se à publicação de Edital, dando cumprimento ao disposto no Art.º 29º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, assim como a publicitação da decisão no Diário da Republica conforme disposto no Art.º 57º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro e nos termos do Art.º 56º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.
6. De seguida deverá comunicar-se à DRCN conforme disposto no Art.º 61º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro.
7. Posteriormente envie-se à DISIQ para procedimento de divulgação no Portal do Município.
8. Após a divulgação referida no ponto 7, deverá voltar à DCHPA.

26/17/2021





REPÚBLICA  
PORTUGUESA

CULTURA

PATRIMÓNIO  
CULTURAL

Direção-Geral do Património Cultural

Gabinete da Direção

Ex.<sup>mo</sup> Senhor  
Dr. Ricardo Rio  
Presidente da Câmara Municipal de Braga  
Praça Municipal  
4704-514 Braga

E/21864/2021  
Balcão Único

SAÍDA 11/05/21 00004123

Miguel Bandeira CC

SAÍDA

DMOSM

DMGAP

DMUOP

DRH

DPCG

DSIC

DISC

53/05/2021

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	CS
Ofício 5003	25.02.2021	DBC/DPIMI CLS / 2735	1508516

**Assunto:** Pedido de parecer sobre a classificação como de interesse municipal do Edifício N.º 1 da Praça da República, em Braga.

1. Em resposta ao Vosso ofício acima indicado, informo V. Ex.<sup>as</sup> de que por meu despacho de 6.04.2021, exarado sobre proposta da Direção Regional de Cultura do Norte, foi determinado que o imóvel em causa não se inscreve nas categorias de monumento nacional (MN) ou interesse público (IP), por não apresentar um valor cultural de âmbito nacional.
  2. Assim, a DGPC nada tem a opor à atribuição de uma classificação de âmbito municipal, de acordo com a deliberação de 27.07.2020.
- A DGPC fica a aguardar a publicitação do despacho de abertura no *Diário da República*, procedimento adotado por todos os municípios (para todas as fases) após a publicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de se poder considerar essa fase (abertura) concluída.
3. Mais solicito a V. Ex.<sup>as</sup> que, posteriormente, essa câmara municipal nos informe aquando da conclusão do procedimento (publicação da decisão final da classificação como monumento de interesse municipal (MIM) no DR), nos termos do n.º 4 do art.º 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, tendo em vista o seu registo e posterior divulgação.

Com os melhores cumprimentos

Subdiretor-Geral

Anexo: cópia do despacho de 6.04.2021.

FMM



Informação | Despacho do Dirigente Intermédio

Propunha que se manifeste concordância com a classificação interesse municipal. A consideração superior. David F. 10/3/21

Informação | Despacho do Dirigente Superior

1. Concordo com a avaliação.
2. Comunicar-se à C. M. de Braga.

27.1.17.06  
Concordo. Comunicar-se à CM

INFORMAÇÃO Nº I-2021/ 219025 /DSBC/DRCN/21 Data: 01/03/2021 CS: 1493787

**ASSUNTO:** Edifício com o n.º 1 situado na Praça da Republica, União das freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, concelho e distrito de Braga: Emissão de parecer no âmbito do interesse municipal.

A Câmara Municipal de Braga enviou-nos a proposta para a classificação do bem imóvel referido em epígrafe no âmbito do disposto do art.º 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. Uma vez que a informação não era suficiente para ser emitido um parecer solicitei o envio dos elementos em falta, ao qual me foi dada resposta.

Através do Edital n.º ED/32/2021 é publicitado que, por deliberação do Executivo Municipal tomada em reunião Ordinária Pública de 2020/07/27, foi aberto o procedimento de classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal do edifício n.º 1 da Praça da República.



Na proposta de classificação a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho apresenta os fundamentos para a classificação do bem cultural e anexam o Requerimento Inicial do Procedimento de Classificação de Bens Imóveis, no qual está apresentado cartografia, planta e fotografias do bem imóvel. A proposta encontra-se bem instruída.

Como função inicial seria o torreão sudeste do castelo de Braga, mas ao longo do tempo, foi sofrendo alterações e actualmente é um estabelecimento comercial. No âmbito do recente projecto de reconstrução e ampliação do edifício foram encontrados vestígios arqueológicos, os quais concorreram para que o proprietário e promotor da obra fizessem algumas alterações ao projecto inicial *"desde o abandono de construção de cave e manutenção dos aparelhos aparentes das fachadas interiores, até à conservação in situ dos vestígios do alicerce medieval e do torreão manuelino, integrando-os no piso do rés-do-chão de modo a serem visualizados pelo público"*<sup>1</sup> O espólio recolhido na intervenção arqueológica foi depositado no Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa.

Assim, pela sua importância no contexto da malha urbana bracarense, pese embora as alterações a que foi sujeito, considera-se que a sua protecção legal só faz sentido dado o valor e significado histórico/social, e arqueológico que apresenta.

Pelo que, no âmbito da legislação em vigor relativa ao património cultural nada temos a opor a uma classificação de interesse municipal.

À consideração superior,

Técnica Superior

<sup>1</sup> In Proposta de classificação apresentada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.



**5. ABERTURA DE PROCEDIMENTO – PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO Nº. 1, DA PRAÇA DA REPÚBLICA – BRAGA:**

Do **Sr. Vereador Prof. Doutor Miguel Bandeira**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a proposta de abertura do procedimento de Classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal do Edifício nº. 1, da Praça da República, nos termos do disposto no nº. 1, do artº. 94.º, da Lei nº. 107/2001, de 8 de setembro.

Tem informação circunstanciada da **DMUOP – Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia**.



**EDITAL N.º ED/32/2021**

**POR DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL TOMADA EM REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DE 2020/07/27, FOI ABERTO O PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO COMO BEM CULTURAL DE INTERESSE MUNICIPAL DO EDIFÍCIO Nº 1 DA PRAÇA DA REPÚBLICA, DE BRAGA**

**DOUTOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA**, Vereador do Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade, da Câmara Municipal de Braga, no uso de competências subdelegadas por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga de 2017/11/06:

FAZ SABER QUE, nos termos do nº. 2 do artº 25º da lei nº. 107/2001, de 8 de setembro e para os efeitos previstos no nº. 2 do artº 11º, do DL. Nº. 309/2009, de 23 de outubro, e por deliberação do Executivo Municipal, tomada em reunião ordinária pública de 2020/07/27, se encontra aberto o procedimento de classificação de Bem Cultural de Interesse Municipal do Edifício nº 1 da Praça da República, de Braga, sito na Praça da República, ao qual corresponde, o número de polícia, 1.

Para constar se mandou passar o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e publicado no site do Município.

Braga e Direção Municipal (DMUOP), 2021/01/28

O VEREADOR,

Miguel Sopas de Melo Bandeira (Doutor)

**CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO**

Certifico que afixei o presente edital em 01/02/21 - DAC/Liliana Veiga